



CONTABILIDADE NA PRÁTICA

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2025
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO
1º QUADRIMESTRE

1º
Quad.

Resumo da Execução Orçamentária 2025



Receita
Realizada

R\$ 26,68
Bilhões



Despesa
Empenhada

R\$ 29,32
Bilhões



Receita Corrente
Líquida Ajustada 1º Quad

R\$ 68,34
Bilhões



Gasto com
Pessoal 42,09%

R\$ 28,76
Bilhões

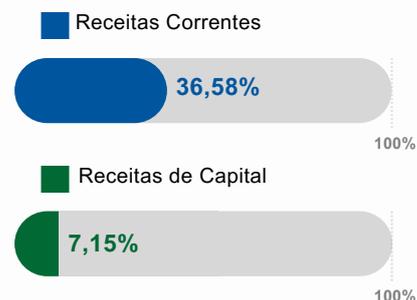
Os montantes relativos ao Gasto com Pessoal à RCL referem-se ao valor consolidado global do Estado.

O **Balanco Orçamentário (BO)** é uma ferramenta de controle do gasto público, pois evidencia além do orçamento planejado o orçamento realizado. O resultado orçamentário é apurado pelo confronto de receitas arrecadadas e despesas empenhadas ao final do exercício, porém, até o 5º bimestre evidencia-se o confronto das receitas arrecadadas com as despesas liquidadas, neste sentido, pode-se conferir que o Estado apresenta um **superávit de R\$5.87 bilhões** no 1º quadrimestre do exercício de 2025.

RECEITAS EXECUTADAS

DESCRIÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZADA ATÉ O BIMESTRE	% REALIZAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	69.036.600.482	25.250.173.537	36,58%
RECEITAS DE CAPITAL	2.187.963.296	158.882.540	7,26%
TOTAL	71.224.563.778	25.409.056.078	35,67%

A Receita apresentada é relativa às receitas previstas e realizadas exceto as Intraorçamentárias.



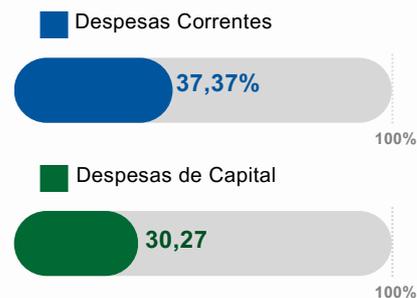
RECEITA ORÇAMENTÁRIA

O quadro das receitas orçamentárias visa demonstrar o que o Estado previu de arrecadação na Lei Orçamentária Anual - LOA somado com suas alterações, e quanto efetivamente realizou. Confere-se para o 1º quadrimestre de 2025 que a arrecadação ocorreu na ordem de 36,58% do previsto atualizado.

DESPESAS EXECUTADAS

DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	REALIZADA ATÉ O BIMESTRE	% REALIZAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	63.044.160.509	23.558.649.680	37,37%
DESPESAS DE CAPITAL	8.633.852.800	2.613.759.381	30,27%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	552.530.242	-	-
TOTAL	72.230.543.551	26.172.409.062	36,23%

A Despesa apresentada é relativa às despesas fixadas e empenhadas exceto as Intraorçamentárias.



Despesas Correntes correspondem às despesas relativas à manutenção das atividades realizadas e serviços prestados pela Administração Pública aos cidadãos, enquanto as de Capital tratam dos investimentos realizados.

RECEITA REALIZADA

TRIBUTÁRIAS		14.635.433.709,48
CONTRIBUIÇÕES	2.103.722.406,79	
REC PATRIMONIAL	1.705.506.802,23	
REC AGROPECUÁRIA	1.870.792,36	
REC INDUSTRIAL	2.174.280,55	
REC DE SERVIÇOS	950.485.275,70	
TRANS CORRENTES	6.412.210.437,46	
OUT REC CORRENTES	715.851.274,01	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	80.737.960,82	
ALIENAÇÃO DE BENS	7.157.184,63	
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	3.033.695,90	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	67.953.192,13	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	507,36	

O gráfico acima demonstra a arrecadação de todas as receitas do Estado, inclusive as Intraorçamentárias.

RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ORIGEM

A Origem da Receita visa permitir a identificação da procedência dos recursos no momento em que ingressam nos cofres públicos. Pode-se averiguar que a maior parte da arrecadação advém dos tributos, o equivalente a pouco mais de 54% dos ingressos, seguido das transferências correntes, que por sua vez tomou 24% da receita orçamentária.

DESPESAS EMPENHADAS

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		14.104.761.492,09
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.053.449.514,62	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.142.562.253,78	
INVESTIMENTOS	1.621.547.123,32	
INVERSÕES FINANCEIRAS	199.398.263,66	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.207.056.102,29	

O gráfico acima demonstra toda a despesa realizada (empenhada), inclusive as Intraorçamentárias.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA - GRUPO DE DESPESA

Os Grupos de Despesa são agregadores de elementos de despesa orçamentária, que permitem acompanhar as características do objeto do gasto.

Conforme se observa no gráfico, os maiores grupos são de pessoal e outras despesas correntes, que equivalem a aproximadamente 48% e 38%, respectivamente, da despesa realizada.

RESTOS A PAGAR

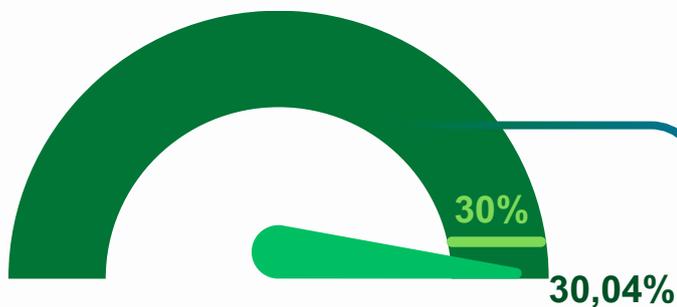
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS	CANCELAMENTOS	SALDOS
PROCESSADOS	R\$ 277.921.499,51	R\$ 193.741.802,21	R\$ 13.191.578,07	R\$ 70.988.119,23
NÃO PROCESSADOS	R\$ 7.109.315.456,90	R\$ 3.003.413.638,20	R\$ 239.159.258,71	R\$ 3.866.742.559,99
TOTAL	R\$ 7.387.236.956,41	R\$ 3.197.155.440,41	R\$ 252.350.836,78	R\$ 3.937.730.679,22

RESTOS A PAGAR - RP

Os Restos a Pagar se referem às despesas que foram empenhadas em exercícios anteriores, mas não foram pagas ao final do exercício. Os RP não Processados tratam das despesas que foram empenhadas, mas não liquidadas, enquanto os Processados, são aquelas despesas que foram liquidadas, mas não pagas ao final do exercício passado.

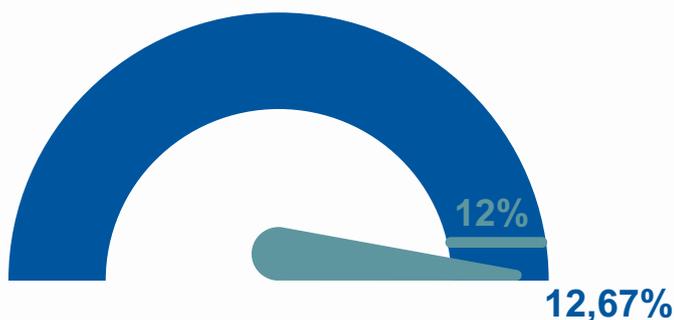
No exercício de 2025, considerando o 1º quadrimestre, o Estado já cumpriu sua obrigação com os credores, em mais de 43% (pagamentos realizados).

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE



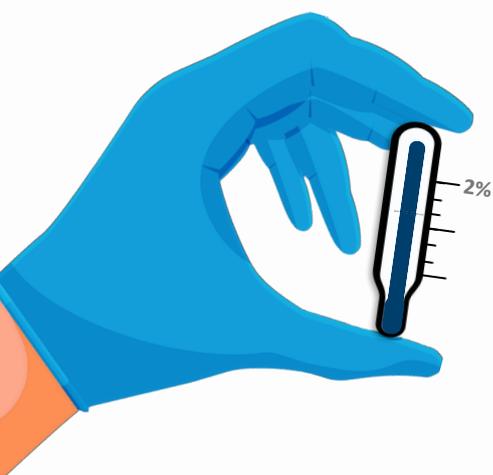
O Governo do Estado do Paraná aplicou o equivalente a 30,04% em educação. O mínimo obrigatório com gastos em educação é de 25%, de acordo com a CF/88. Ainda, a Constituição Estadual estipula o acréscimo de 5% para aplicar no ensino superior. Foram empenhadas, no primeiro quadrimestre de 2025, despesas cuja importância ultrapassa R\$6,10 bilhões.

SAÚDE



De acordo com o art. 6º da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, o Estado deve aplicar no mínimo 12% da arrecadação líquida dos impostos em saúde. A despesa empenhada no período foi de **R\$ 2.572.297.128,54**. O equivalente a 12,67%, ou seja, **foram investidos mais de 130 milhões acima do limite**, já no primeiro quadrimestre.

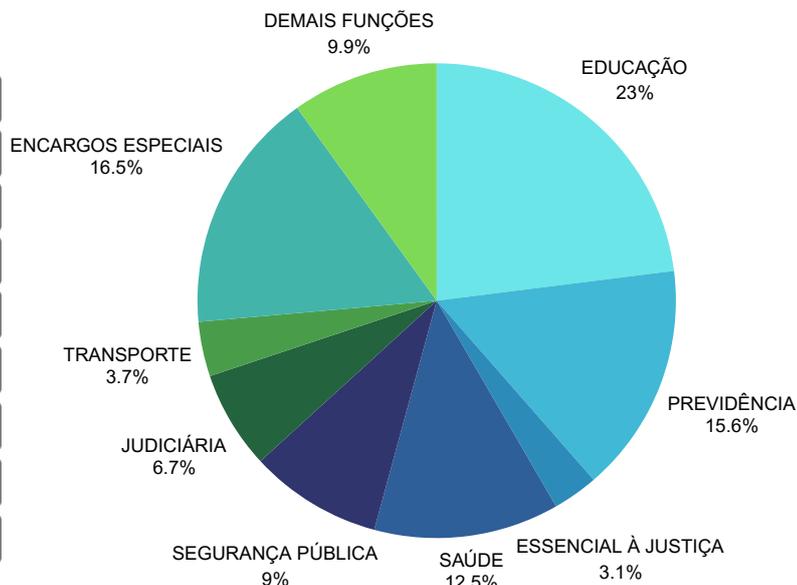
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



De acordo com a Constituição Estadual o Estado deve promover o desenvolvimento científico e tecnológico através do fortalecimento e da constante modernização do sistema produtivo estadual. A destinação do recurso não pode ser inferior a 2% no ano. Da Receita Líquida de Impostos, o Estado já destinou mais de **R\$ 59.98 milhões** de recursos para investimentos em Ciência e Tecnologia.

DESPESAS POR FUNÇÃO

12 – EDUCAÇÃO	6.743.819.105
09 – PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.579.170.938
10 – SAÚDE	3.673.462.995
06 – SEGURANÇA PÚBLICA	2.632.834.258
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	4.840.612.798
02 – JUDICIÁRIA	1.956.337.838
26 – TRANSPORTE	1.091.784.269
03 – ESSENCIAL À JUSTIÇA	902.031.235
DEMAIS FUNÇÕES	2.908.721.309



DESPESA POR FUNÇÃO

A Despesa por Função pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público (MCASP, 11ª ed., p. 74). De modo geral, a função está, em sua grande maioria, relacionada com a missão de cada órgão do Estado, pode-se exemplificar que os gastos acima seguem as secretarias referentes, como educação, saúde, segurança pública.

Compõe o grupo das demais funções os gastos com Assistência Social, Trabalho, Cultura, Direitos da Cidadania, Habitação, Gestão Ambiental, entre outras funções.

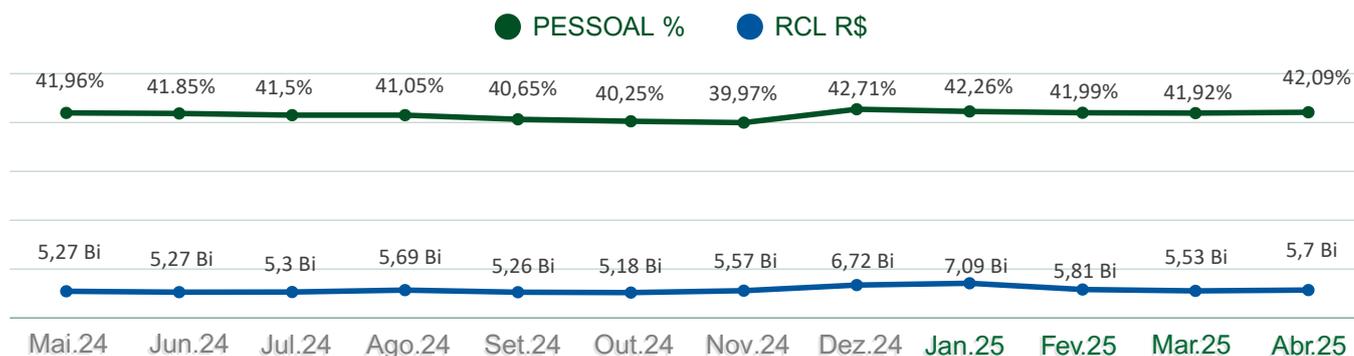
DESPESAS COM PESSOAL

Para o cálculo da **despesa bruta com pessoal**, deve-se considerar o mês de referência e os 11 (onze) meses anteriores, assim, o acompanhamento no primeiro quadrimestre do exercício, leva em consideração as receitas e despesas realizadas nos dois últimos quadrimestre do exercício passado.

DESPESAS COM PESSOAL

O montante aplicado na Despesa com Pessoal referente ao Poder Executivo é de 28.767.357.361, enquanto a Receita Corrente Líquida Ajustada foi de 68.346.595.194, ou seja, o equivalente a 42,09%.

DESPESA COM PESSOAL x RECEITA CORRENTE LÍQUIDA



RESULTADO PRIMÁRIO

Resultado Primário (Acima da Linha)

Com RPPS : 2.250.752.248
Sem RPPS : 4.630.993.209

Meta Fiscal Resultado Primário
1.940.256.242

Resultado Nominal (Abaixo da Linha)
sem RPPS: 4.412.732.223

Meta Fiscal Resultado Nominal
5.003.926.829

Um dos objetivos do relatório de Resultado Primário e Nominal é o de verificar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, gerando assim um elo entre o planejamento, entre a elaboração e a execução do orçamento público.

O Resultado Primário leva em consideração, inicialmente, o confronto entre as receitas e despesas primárias, que são aquelas não financeiras. Por outro lado, o Resultado Nominal abarca as receitas e despesas “financeiras”, referentes aos juros e outros encargos da dívida, que foram desconsideradas para o Resultado Primário.

O Resultado Primário superavitário indica que o Estado tem arrecadado mais recursos que realizado despesas. De modo contrário, pode-se dizer que quando o Resultado Primário é deficitário, o Estado está gastando mais do que arrecadando. Vale lembrar que para fins de Resultado Primário, não consideramos as receitas e despesas financeiras.

Assim, em um ambiente de dívida pública, o superávit permite que se pague os juros e amortize a dívida, impedindo o crescimento desta.

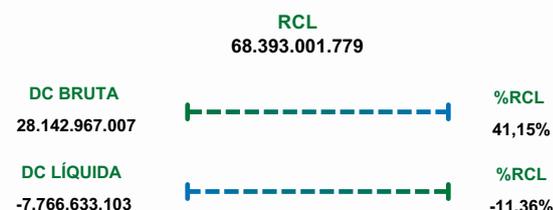
DÍVIDA CONSOLIDADA

	2024	2025
Dívida Consolidada	29.202.226.015,14	28.142.967.007,85
Deduções	32.556.126.895,04	35.909.600.110,90
Disp de Caixa	32.541.373.677,46	35.548.045.066,41
Disp de Caixa Bruta	33.992.875.559,02	37.317.546.800,10
(-) Restos a Pagar Processados	276.678.346,02	123.378.610,29
(-) Depósitos Restituíveis	1.174.823.535,54	1.646.123.123,40
Demais Haveres Financeiros	14.753.217,58	361.555.044,49
Dívida Consolidada Líquida	-3.353.900.879,90	-7.766.633.103,05
VARIAÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	4.412.732.223,15	

O saldo para 2025 se refere ao primeiro quadrimestre do exercício.

Em relação ao exercício anterior (2024), percebe-se uma diminuição da Dívida Consolidada. Da mesma maneira, ocorreu o aumento da Disponibilidade de Caixa.

Tais aplicações comprovam o aumento da Dívida Consolidada Líquida negativa, o que significa que o Estado tem aumentado o poder de cumprir com suas obrigações.



RPPS

O Governo do Estado administra o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que é o sistema de aposentadoria dos servidores e servidoras estaduais. O Estado recolhe, no pagamento do salário para os servidores, uma contribuição que será destinada ao RPPS, assim como o Governo Federal faz com todos os trabalhadores no Regime Geral de Previdência Social.

Como a contribuição dos servidores não é suficiente para todas as despesas do RPPS (aposentadorias e pensões), se diz que o RPPS é deficitário. O déficit do RPPS é coberto por recursos arrecadados pelo Estado. Essa quantia para cobrir o déficit é chamada Recursos Para Cobertura da Insuficiência Financeira.

Confere-se abaixo, conforme resultado previdenciário, que relativamente aos Fundos Financeiro e Militar houve déficit. Nesse sentido, o aporte para a cobertura da insuficiência superou o déficit em mais de R\$ 29 milhões.

Fundo Previdenciário: 215.329.761

Fundo Financeiro: -2.023.717.811

Fundo Militar: -523.901.509

Recursos p/ cobertura de Insuf. Financeira 2.576.967.551

